

Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual¹

Nancy Fraser²

A situação que se enfrenta hoje é de uma crise genuína. Mas ela não pode ser adequadamente compreendida por meio dos paradigmas herdados da teoria crítica. Enquanto esses paradigmas tendem a ser unidimensionais, focados sobretudo na economia, a crise atual é multidimensional, englobando não apenas impasses econômicos, mas também sociais, ecológicos e políticos, todos eles entrelaçados de tal modo que uns exacerbam os outros. Apenas uma teoria multidimensional pode capturá-la. No entanto, seria um erro adotar uma abordagem que torna a “multiplicidade” e a “contingência” fetiches. Esse tipo de pensamento não é mais capaz de esclarecer a situação atual do que o economicismo monista. Longe de formar uma pluralidade dispersa, as várias vertentes da atual crise estão interligadas e compartilham uma mesma fonte comum. Todas estão alicerçadas na estrutura profunda do capitalismo contemporâneo, que é globalizante, neoliberal e financeirizado. Uma teoria crítica da crise contemporânea precisa ser uma teoria do capitalismo financeirizado – mas que evite qualquer sombra de economicismo reducionista. Em vez de conceber o capitalismo de maneira estrita, como um sistema econômico, tal teoria deve conceituá-lo amplamente, como uma ordem social institucionalizada (Fraser, 2014a). Somente uma visão expandida do capitalismo pode fazer justiça a uma crise que é ao mesmo tempo multidimensional e fundamentada em uma formação social única e identificável.

Karl Polanyi oferece um dos dois modelos mais promissores que temos para desenvolver esse tipo de teoria crítica. O segundo modelo pertence ao outro Karl: Karl Marx. Na minha opinião, cada um deles oferece *insights* indispensáveis para o entendimento da crise capitalista. No entanto, cada um deles tem também pontos cegos lamentáveis. Qualquer um que queira desenvolver uma teoria crítica da crise atual precisa integrar os pontos fortes e superar os pontos cegos de ambos. Mas nem isso é suficientemente satisfatório. Se se quiser desenvolver uma teoria que possa esclarecer a gama todos dos fenômenos de crise, bem como as perspectivas de uma resolução emancipatória, também será preciso incorporar os insights da teoria feminista, da teoria pós-colonial e da teoria ecológica, entre outras. O objetivo neste ensaio, no entanto, é muito mais modesto. Deseja-se explicar como Karl Polanyi pode contribuir para uma teoria crítica da crise atual, esclarecendo os pontos em que o seu pensamento precisa ser complementado e revisado com base nas teses do outro Karl. Daí o título do ensaio: “por que dois Karls são melhores que um”.

O argumento a ser aqui posto repousa sobre uma visão específica sobre o que conta como uma teoria crítica da crise capitalista. Ao contrário das conversas soltas

¹ Tradução de *Why two Karls are better than one: integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the current crisis*. Working Paper der DFG-Kollegforscher-innengruppe Postwachstumsgesellschaften, Universität Jena, 2017.

² Professora da “New School” de Nova York: The New School, New York: Henry A. & Louise Loeb Professor of Political & Social Science.

sobre crises que hoje abundam, tal teoria deve abranger dois níveis analíticos: primeiro, deve conter uma perspectiva estrutural sobre a crise capaz de revelar as contradições profundas da ordem social subjacente; e segundo, deve apresentar uma perspectiva de mundo da vida e de ação social que esclareça as lutas sociais que surgem em resposta a essas contradições. Mas isso não é tudo. Uma teoria crítica da crise capitalista deve também ligar entre si essas duas perspectivas analíticas de uma maneira que revele as perspectivas de uma resolução emancipatória (Habermas, 1975, p. 1-8)

Ambos os Karls, tanto Marx quanto Polanyi, estavam engajados nesse tipo de teorização. Cada um deles combinou perspectivas estruturais e de ação na avaliação das crises capitalistas, imbuídos ambos de objetivos emancipatórios. Mas, como suas abordagens divergiram de maneira acentuada, as suas teorias costumam ser consideradas antitéticas e mutuamente exclusivas. Propõe-se aqui, em contraste, tratá-las como complementares. Embora não seja estritamente fiel às intenções de qualquer um desses pensadores, a leitura aqui proposta permite utilizar os pontos fortes de cada um deles para remediar as fraquezas do outro. Além disso, essa opção gera uma concepção expandida de sociedade capitalista que pode esclarecer as múltiplas, mas interconectadas, vertentes da atual crise.

As reflexões aqui postas seguirão três etapas. Primeiro – e talvez de modo contra intuitivo – argumentar-se-á que Karl Polanyi pode ser lido como alguém que oferece uma crítica estrutural da crise capitalista; e que essa crítica tem certas vantagens sobre a crítica do outro Karl, assim como algumas desvantagens. Sustentar-se-á, então, em segundo lugar e de forma menos controversa, que Polanyi também fornece uma perspectiva teórica da ação e que esta supera alguns dos pontos cegos encontrados em Marx, ao mesmo tempo em que introduz outros. Nesses dois primeiros passos, indicar-se-á onde e como seria possível combiná-los os pontos de vista tendo em mente preservar os insights e corrigir os pontos cegos de ambos. E isso preparará o terreno para o terceiro passo do argumento, no qual se esboçará os contornos de uma perspectiva integrada que possa esclarecer a crise atual. O resultado geral contemplará um argumento segundo a qual a junção dos dois Karls, adequadamente revisados e conceitualmente integrados, é melhor do que cada um deles em separado.

Mercantilização fictícia ou queda na taxa de lucro? Sobre a dimensão estrutural da crise capitalista

Sugere-se agora que *A grande transformação* oferece uma teoria estrutural da crise capitalista. É verdade que a leitura do livro aqui apresentada não é inteiramente fiel às intenções de Polanyi e pode ser contestada de duas maneiras. Primeiro, que essa obra não fala de capitalismo, mas de “economia de mercado com sociedade de mercado”. E segundo, que o seu autoproclamado foco não é nem o sistema nem a estrutura social, mas a agência e, em especial, os esforços políticos intencionais dos partidários do livre mercado para estabelecer uma “economia de mercado” (Polanyi, 2001, p. 71–2 e 141-146). Portanto, tal como é geralmente interpretado, esse livro está muito longe de desenvolver um tipo de teoria de crise em dois níveis, objeto do presente artigo. No entanto, sustenta-se aqui que Polanyi oferece uma perspectiva estrutural sobre a crise capitalista, a qual oferece insights importantes e que vale pôr à mostra. Interpretando a sua expressão “economia de mercado com sociedade de mercado”

como sinônimo ou eufemismo para capitalismo, considera-se aqui que a sua noção de mercadoria fictícia como o núcleo conceitual de uma teoria de crise sistêmica. E essa conceituação deve ser encarada como o contraponto no pensamento de Polanyi da noção de queda da taxa de lucro de Marx.

A ideia da mercantilização fictícia é análoga a um conceito central de Marx no seguinte sentido: tal como a tese da taxa decrescente de lucro, ela apresenta os impasses e os sofrimentos sociais, não como problemas discretos que surgem aleatoriamente, mas como expressões de tendências à crise baseadas na estrutura profunda de uma formação social que institucionaliza imperativos contraditórios. Mas as duas ideias operam de maneira muito diferente. Para Marx, a contradição estrutural fundamental do capitalismo é interna ao sistema econômico. Para colocar o assunto sucintamente (com o risco de ser tão infiel a ele quanto se é à Polanyi): a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada por meio da exploração do trabalho assalariado tende a aumentar a composição orgânica do capital, exercendo, assim, pressão para baixo sobre a taxa de lucro; ora, isto intensifica a competição e incentiva a especulação financeira – desenvolvimentos estes que levam periodicamente à eclosão de crises econômicas. (Marx, 1991, p. 317- 375) Detalhes à parte, é possível dizer que, para Marx, a crise capitalista tem suas raízes em um sistema econômico que abriga dentro de si mesmo imperativos mutuamente contraditórios.

Para Polanyi, de outro modo, a tendência inerente do capitalismo à crise estrutural não é interna ao seu sistema econômico. Consiste, antes, em um conjunto de contradições entre o domínio da economia capitalista com seu entorno natural, assim como com seu entorno social. Em poucas palavras: a sociedade e a natureza fornecem pré-requisitos indispensáveis para o funcionamento do sistema econômico; no entanto, este último sistematicamente os consome e os degrada, de um modo que acaba por comprometer o seu próprio funcionamento. Então, o que gera a propensão do capitalismo para a crise em Polanyi é a tendência inerente do “mercado autorregulado” de desestabilizar suas próprias condições de possibilidade – por meio de um processo que ele denomina de mercantilização fictícia. É preciso explicar isto.

Uma “economia de mercado” – diz Polanyi – depende de três elementos fundamentais, os quais não são bem transformáveis em mercadorias: primeiro, da natureza como uma fonte contínua de “insumos produtivos” e como “depósito” corrente para os resíduos da produção; segundo, de práticas não remuneradas de reprodução social que criam e formam os seres humanos como seres vivos e culturais, os quais personificam o “fator de produção” conhecido como “trabalho”; e terceiro, um suprimento estável de dinheiro que pode servir como reserva de valor ao longo do tempo e como meio de troca capaz de superar distâncias. Para Polanyi, a “economia de mercado” requer esses elementos básicos para funcionar. Mas deixado à própria sorte, o “mercado auto regulador” transforma-os inexoravelmente em meras mercadorias e, ao fazê-lo, os consome e os desestabiliza. Uma vez transformados em meros objetos vendáveis, a terra, o trabalho e o dinheiro perdem a capacidade de ancorar e de sustentar as transações de mercado. Longe de se comportar de maneira ordenada como mercadorias comuns, elas se tornam os nós centrais das crises capitalistas. (Polanyi, 2001, p. 71-80).

A essência desse argumento está bem patente no título do livro de 1960 de Piero Sraffa, *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, que, da perspectiva de

Polanyi, figura como um oxímoro. Se a produção de mercadorias requer elementos de fundo não mercantilizáveis constituídos pela natureza, pelo dinheiro e pela reprodução social, então a formação social que os transforma em mercadorias vai necessariamente enfrentar problemas. Negociar com pseudo-mercadorias, as quais não são apenas ontologicamente fictícias, mas também praticamente dissolventes, é se comportar como um tigre que come sua própria cauda.³

Com esse argumento, Polanyi aponta o caminho para uma visão multidimensional de crise. Ao desenvolver uma concepção de contradição capitalista “entre domínios”, ele amplia a abordagem marxista padrão que visa as tendências internas do sistema econômico à crise. Não mais restrita à economia propriamente dita, as contradições do capitalismo agora incluem a tendência inerente do “mercado autorregulado” para desestabilizar tanto a sociedade quanto a própria natureza. Com efeito, Polanyi identifica três contradições do capitalismo: a ecológica, a social e a financeira, cada uma das quais apresenta uma dimensão específica de crise. Cada uma dessas contradições envolve uma condição necessária da produção mercantil que a economia capitalista, simultaneamente, requer e tende a corroer. No caso da condição ecológica da produção, o que está em jogo são os processos naturais que sustentam a vida e fornecem os insumos materiais para o abastecimento social. No caso da condição de reprodução social, estão em jogo os processos socioculturais que criam as relações de solidariedade, as disposições afetivas e os horizontes de valor que sustentam a cooperação social, ao mesmo tempo em que fornecem os seres humanos apropriadamente socializados e qualificados que produzem o “trabalho”. No caso da condição monetária de produção, o que está em jogo é a capacidade de conduzir a troca à distância e de armazenar valor para o futuro, daí a capacidade de interagir amplamente no espaço e no tempo. O resultado é uma teoria da crise capitalista que compreende uma tripla contradição e que está baseada numa compreensão de contradição “entre domínios” – e, assim, numa visão do capitalismo como algo maior do que simplesmente um sistema econômico.

Esta compreensão oferece algumas vantagens importantes. Evitando o economicismo, coloca a deterioração ecológica e a degradação social como expressões não acidentais de contradições profundas. Estas já não aparecem mais como expressões epifenomênicas de disfunções econômicas “reais”, pois agora são simplesmente, em si e por si mesmas, dimensões sistêmicas da crise capitalista. Nesse sentido, com a tese da mercantilização fictícia, Polanyi estabeleceu as bases conceituais para uma teoria multidimensional da crise capitalista. Igualmente importante, ele apontou o caminho para uma compreensão expandida do capitalismo, que inclui não apenas a economia propriamente dita, mas também as suas condições de possibilidade (Fraser, 2014b, p. 548-9).

No entanto, seria errado concluir que Polanyi refuta Marx. A presença das contradições “entre domínios” não desmente a ideia de que o subsistema econômico do capitalismo propriamente dito abriga (também) contradições internas. Essa tese captura uma característica importante de uma ordem social sujeita a repetidas depressões econômicas e acidentes financeiros. Sem considerar a tendência inerente do sistema de superacumular o capital e de subproduzir a “demanda”, seria difícil entender

³ Ver Fraser (2014b) a respeito dessa leitura de Polanyi.

o quase colapso do sistema financeiro global, em 2007-08. É uma fortuna, portanto, não precisar abandonar o pensamento de Marx para abrir espaço para o de Polanyi. É perfeitamente possível combinar a visão “interna ao sistema econômico” da contradição sistêmica do primeiro Karl com a visão “entre domínios” daquele que veio depois. Longe de serem mutuamente exclusivas, as duas concepções são em princípio complementares. Assim se vê, portanto, que os dois Karls juntos são melhores do que cada um deles em separado. É preciso apenas descobrir a melhor forma de integrá-los, uma questão à qual se retornará no terceiro passo de meu argumento.

Antes de tudo é preciso dizer que Marx oferece algo que Polanyi não contempla: o conceito de capital como valor auto expansivo. Sem essa noção, não é mesmo possível entender por que os “mercados autorregulados” abrem feridas cada vez maiores na vida social. Nem se pode entender o que impulsiona o sistema enquanto sistema, o que o impele para uma expansão ilimitada e que, ao fazê-lo, não deixa de desestabilizar as suas próprias condições de possibilidade. Ao se seguir Polanyi, ao se evitar o conceito de capital, perde-se, em outras palavras, o que gera a própria dinâmica de crise. E este conceito é devido à perspicácia de Marx. Neste ponto fica notório que o Karl do século XIX avançou em relação ao Karl do século XX.

Deve-se também dizer, finalmente, que Polanyi não consegue desenvolver todo o potencial de sua compreensão de crise capitalista caracterizada pela tripla contradição “entre domínios” distintas. Ela repousa, como se observou acima, numa visão expandida do capitalismo, que inclui não apenas a economia propriamente dita, mas também suas condições de possibilidade. Conseqüentemente, reclama uma melhor compreensão da estrutura social do capitalismo – e de suas divisões institucionais, as quais a constituem como uma ordem social específica. Mas Polanyi não fornece essa compreensão. Ao contrário, ele recorre a uma fórmula binária simples, que justapõe “economia” e “sociedade”. Essa formulação dualista é problemática da perspectiva da noção de agência, tal como se argumentará na sequência do argumento. Mas também, ela é inadequada do ponto de vista estrutural, como se argumenta agora.

O problema advém do fato de que a categoria de “sociedade” de Polanyi é uma caixa preta. Como noção abarcante, mistura tudo o que não é “economia” e, assim, confunde distinções importantes entre, por exemplo, Estado e sociedade civil, família e esfera pública; nação e comunidade subnacional. Como resultado, obscurece a estrutura institucional da sociedade capitalista. O que fornece a esse tipo de sociedade a sua forma característica não é uma divisão binária entre economia e sociedade, mas uma tríade de separações institucionalizadas: primeiro, a separação da produção econômica da reprodução social (ou seja, a fábrica da família e o trabalho do cuidado); segundo, a separação do sistema econômico da coordenação política (ou seja, os mercados dos Estados, o poder privado das empresas do poder público dos governos); e, terceiro, a separação entre a cultura e a natureza (ou seja, o espírito da matéria, a história da situação). Juntas, essas divisões estruturam a relação entre o sistema econômico do capitalismo e as suas condições de fundo. Assim, elas fundamentam as contradições “entre domínios” que Polanyi identificou, bem como outras que ele não distinguiu e que permitem uma conceituação mais precisa.

Pode-se dizer, em primeiro lugar, que o capitalismo separa a produção de mercadorias, baseada no trabalho assalariado, da reprodução social, baseada principalmente no trabalho não pago, especialmente das mulheres; ao fazer a primeira

depende da segunda, cujo valor, aliás, despreza, o capitalismo periodicamente desestabiliza a reprodução social e, assim, coloca potencialmente em risco a própria produção econômica. Pode-se afirmar também, em segundo lugar, que o capitalismo separa “o econômico” do “político”, ao mesmo tempo em que se aproveita deste último; assim, ao esvaziar periodicamente os poderes públicos que asseguram a possibilidade de apropriação privada de mais-valor, perturba potencialmente essa apropriação. Pode-se afirmar, finalmente, que o imperativo institucionalizado do capitalismo à acumulação ilimitada contraria o intento de tomar a “natureza” como o “outro da humanidade”. Objetiva, assim, garantir o uso instrumental e a canibalização do mundo natural de um modo que eventualmente redunde em perigo para este último. Em geral, então, pode-se dizer que a sociedade capitalista abriga pelo menos três contradições entre distintos domínios e que a elas correspondem três tendências determinadas de crise: a social-reprodutiva, a política e a ecológica.

Muito mais pode ser dito sobre cada uma dessas tendências de crise. Aqui, no entanto, sugere-se apenas que uma visão do capitalismo como uma ordem social institucionalizada contribui para esclarecer as bases e o caráter dessas contradições “entre domínios”. Em contraste, a fórmula binária de Polanyi, “economia contra a sociedade”, embaralha as questões envolvidas. Ao final, ela enfraquece a força crítica de sua compreensão da crise capitalista.

E essa conclusão é, com certeza, irônica. Sugeriu-se anteriormente que a principal contribuição da abordagem de Polanyi encontrava-se em sua visão das contradições capitalistas “entre domínios”. E que isto tinha o potencial de enriquecer a visão meramente interna ao econômico do outro Karl. Baseada em um modelo de contradição tripla, a compreensão de Polanyi poderia esclarecer melhor uma tríade de tendências à crise inerentes à sociedade capitalista. No entanto, ele não conseguiu desenvolver de modo persuasivo uma concepção ampla do capitalismo como realidade que tem uma amplitude maior do que meramente um sistema econômico. Baseando-se na fórmula binária da “economia versus sociedade”, ele obscureceu as divisões institucionais que sustentam as contradições “entre domínios”, as quais procurava esclarecer. Perceber todo o potencial da visão de Polanyi exige a adoção de uma concepção do capitalismo como uma ordem social construída sobre determinadas separações institucionais, as quais levam a sociedade à crise. O que está em questão não vem a ser corrigir apenas os pontos cegos de Polanyi, mas também poder integrar as suas percepções com as do outro Karl. Voltar-se-á a este ponto no terceiro passo do meu argumento.

Duplo movimento ou luta de classes? Da dimensão “ação social” da crise capitalista

Agora, porém, é preciso dar o segundo passo e este aborda o nível “ação social” da teoria da crise. Este nível diz respeito às respostas dos atores sociais às suas experiências provindas das contradições do capitalismo, incluindo-se aí as formas de luta social em que se engajam. Na estrutura de pensamento de Polanyi, o elemento central é o seu conceito de duplo movimento. Com esse conceito, ele procura identificar a forma característica da luta social que surge em resposta às crises sistêmicas do capitalismo. De acordo com Polanyi, “a sociedade” luta naturalmente contra as

incursões expansionistas do sistema econômico, por meio de uma reação “espontânea” aos esforços intencionais e “direcionados” para constituir os mercados como “mercados autorregulados”. O que resulta deste jogo de movimento e de contramovimento é uma extensa série de confrontos entre os partidários da mercantilização, de um lado, e os proponentes da proteção social, de outro. Cobrindo um século e meio de história, desde o início do século XIX até o momento em que começou a escrever *A Grande Transformação*, em meados do século XX, esses embates são vistos por Polanyi como exemplos da gramática característica do conflito social no capitalismo moderno. O movimento duplo é a contraparte em sua concepção para a luta de classes que se encontra nos textos do outro Karl. (Polanyi, 2001, p. 79-80, 136-40, 147, 156-7)

Também na questão “ação social”, o Karl do século XX divergiu do Karl do século XIX. Enquanto Marx (supostamente) restringiu os conflitos relevantes às lutas entre o capital e o trabalho, os quais refletem as contradições do sistema econômico, Polanyi expandiu o conjunto dos conflitos relevantes para abranger as lutas extra econômicas, as quais respondem às incursões desestabilizadoras desse sistema na sociedade e na natureza. Em *A grande transformação*, insistiu de modo eloquente e persuasivo que as lutas na sociedade capitalista não são alimentadas exclusivamente pelos danos econômicos, como a exploração, a miséria e o desemprego. Pelo contrário, essas lutas respondem também, com a mesma intensidade, às deformações das dimensões não-monetizadas da vida, incluindo as ameaças ao ambiente, aos deslocamentos das famílias e à devastação das comunidades. (Polanyi, 2001, p. 159-163).

Aqui, como antes, a abordagem de Polanyi tem o potencial de enriquecer a teoria crítica de Marx. O conflito social nas sociedades capitalistas tem assumido repetidamente o caráter de lutas pela natureza, pela reprodução social e contra o endividamento. Estas – julga-se aqui – são melhor concebidas como lutas fronteiriças, pois dizem respeito à existência, localização e caráter das fronteiras que separam a economia da política, a produção de mercadorias da reprodução social, a sociedade humana da natureza não humana. (Fraser, 2014a, p. 68-70) Essas fronteiras marcam as separações institucionais antes mencionadas e que são constitutivas das sociedades capitalistas. Mas tais limites não são dados de uma vez por todas. Pelo contrário, os atores sociais mobilizaram-se repetidamente diante desses contornos, buscando realocá-los, contestá-los ou defendê-los, especialmente em períodos de crise – às vezes, eles conseguem redesenhá-los. Lutas sobre se, onde e como dividir os Estados dos mercados, as famílias das fábricas e a sociedade da natureza são tão fundamentais para a sociedade capitalista, tão profundamente inscritas em sua estrutura institucional, quanto as contestações sobre a taxa de exploração ou sobre a distribuição do mais-valor. Exemplos incluem as lutas por água limpa, moradia, direitos de pesca e cuidados infantis, entre muitos outros. Ultrapassando a problemática da distribuição, essas são lutas pela própria gramática da vida capitalista. Para além do marxismo economicista (que pode não ser bem o marxismo de Marx), não devem ser encaradas nem como contradições secundárias nem como expressões epifenômicas de fundamentos econômicos.

Com certeza, Polanyi não usa a expressão “lutas fronteiriças”. Mas sua ideia do duplo movimento enquadra-se perfeitamente nessa categoria tal como aqui está definida. O seu foco, afinal de contas, é (o que Polanyi entende) como a fronteira entre a “economia” e a “sociedade”. Em princípio, portanto, o conceito de duplo movimento

oferece a oportunidade de expandir o conceito de conflito capitalista que, em Marx, aparece de modo excessivamente restrito e centrado na divisão social de classes, sem cair em noções vazias e sem fundamento tais como “multiplicidade” e “contingência”.

Mais uma vez, no entanto, seria um erro concluir que o Karl do século XX simplesmente refuta o Karl do século XIX. As lutas de classe continuam importantes e, na verdade, são endêmicas na sociedade capitalista. Seria um despropósito abandonar essa ideia só porque as linhas de frente da militância trabalhista estão agora em Guangzhou e não em Manchester ou Detroit. Felizmente, também neste caso, não há impedimento para combinar as concepções marxiana e polanyiana. Os teóricos críticos não precisam abandonar a luta de classe para incorporar a luta “entre domínios”, pois as duas noções são complementares, não antitéticas. Também aqui, em outras palavras, dois Karls são melhores que um.

Infelizmente, no entanto, nenhum dos dois Karls fornece orientação sobre como combinar suas respectivas concepções. Nenhuma delas coloca a questão crucial: se as sociedades capitalistas abrigam dois tipos de conflitos sociais, mas igualmente típicos, como eles se relacionam entre si? A luta entre as classes é inerentemente antagônica à luta de fronteira “entre domínios” ou elas podem ser articuladas politicamente? Eis que, assim, o trabalho de integrar as compreensões dos dois Karls ainda precisa ser feito.

Uma tarefa crucial é superar um ponto cego da visão de Polanyi. Ao interpretar (o que aqui é chamado de) lutas de fronteira por meio de um modelo de duplo movimento, ele tornou possível apenas duas posições: uma a favor da “economia” e outra a favor da “sociedade”. O efeito é constituir a gramática das lutas no capitalismo em duas direções por meio de um forte dualismo: de um lado, o partido da “mercantilização” encontra-se empenhado em estender a lógica da economia à sociedade; de outro, o partido da “proteção social” está determinado a repelir tal incursão, defendendo a sociedade (e a natureza) contra o sistema econômico. Não há (aparentemente) outras opções.

Essa perspectiva, assim como a dicotomia economia/sociedade antes considerada, é problemática – e por razões relacionadas entre si. Por um lado, a ideia do duplo movimento tem algumas ressonâncias normativas desafortunadas. Ao por a mercantilização em oposição à proteção social, ela sugere que uma economia fria, perigosa e volátil está em contradição com uma sociedade calorosa, segura e estável. Mas a “sociedade” não é tão virtuosa assim. A reificação de Polanyi encoraja a ignorar os aspectos desagradáveis dessa “sociedade”, incluindo o sexismo, o racismo, a homofobia e o provincianismo excludente. Tampouco a “estabilidade” é um bem absoluto. A fórmula de Polanyi subestima o papel emancipatório da mercantilização na desestabilização das opressões tradicionais. E não consegue validar o seu potencial intrínseco de desestabilizar o que está posto, de modo inegavelmente emancipatório, das lutas contra essas opressões. Aqui, novamente, o outro Karl tem algo importante para ensinar. Melhor do que Polanyi, Marx compreendeu o caráter dúplice do capitalismo e a necessidade de uma visão dialética.

Além disso, vertentes importantes da luta social não se encaixam em nenhum dos polos da diáde “mercantilização/proteção”. Pode-se mencionar as lutas para abolir a escravidão, libertar as mulheres e derrubar o domínio colonial. Todas elas se desenvolveram durante todo o período estudado por Polanyi, mas nenhuma delas figura

significativamente em *A Grande Transformação*. Esses movimentos eram bravos em sua oposição às formas hierárquicas e excludentes de proteção social, incluindo aquelas que constituíam mulheres, escravos e colonos como “dependentes” e os impediam de dispor livremente de suas pessoas ou de seu trabalho. Mas os abolicionistas, feministas e anticolonialistas dificilmente eram partidários do “mercado autorregulado”, pois também se opunham aos modos de dominação mediados pelo mercado, tais como a superexploração, a troca desigual e o imperialismo do livre comércio. Não se encontravam situados em nenhum dos lados do duplo movimento de Polanyi. Diferentemente, eles ocuparam uma terceira posição, que se encontra obscurecida em sua análise, uma posição que chamei de emancipação. Não estavam preocupados nem em defender a “sociedade” existente nem em dissolver esta última nas “águas geladas do cálculo egoísta”, esses movimentos procuraram, em vez disso, superar a dominação, tanto na sociedade como na economia. Para esse fim, eles se aliaram taticamente com os defensores dos mercados ou com os protecionistas sociais, dependendo das circunstâncias, mas sem endossar o projeto de nenhuma das partes.

Se os teóricos críticos querem fazer justiça às lutas pela emancipação e toda a gama de conflitos sociais no capitalismo atual, eles precisam revisar o teor da ação social na compreensão de Polanyi. A proposta aqui aventada é transformar o seu duplo movimento em um triplo movimento, compreendendo não dois, mas três polos de luta: mercantilização, proteção social e emancipação (Fraser, 2011). Como será explicado na seção seguinte, essa nova configuração permite aos teóricos críticos analisar melhor a gramática das lutas sociais no capitalismo financeirizado – e, acima de tudo, problematizar as alianças de dois contra um que estruturam a atual constelação. (Fraser, 2013 e 2016)

Ambos os Karls, Marx e Polanyi, estavam profundamente interessados na dinâmica da luta social nos momentos de aguda crise capitalista. Mas nenhum deles desenvolveu uma perspectiva que fosse totalmente adequada ao seu próprio tempo e, muito menos, à época atual. Em parte, porque negligenciaram as lutas de fronteira. Marx previu erradamente a agudização e a simplificação progressiva da luta de classes segundo uma tendência em que, ao final, o mundo inteiro ficaria dividido em dois campos, os quais competiriam entre si até que ocorresse uma batalha final. Polanyi foi um pouco mais cauteloso, com certeza. Mas ao negligenciar as lutas pela emancipação, ele não conseguiu fundamentar sua esperança por uma alternativa democrático-socialista que pudesse acabar com os confrontos crescentes – e irreconciliáveis – entre os protecionistas sociais e os defensores do livre mercado, os quais, segundo ele, haviam levado a sociedade ao fascismo e à guerra mundial. Os conceitos de lutas de fronteiras e do movimento triplo oferecem correções aos pontos cegos de ambos esses autores. Ao introduzir as lutas de fronteira, supera-se o essencialismo de classe de Marx e se valida a compreensão mais expansiva de Polanyi sobre a luta anticapitalista. Ao introduzir o movimento triplo, supera-se as tendências comunitárias de Polanyi e se valida a concepção mais robusta de emancipação de Marx.

Repensando a crise capitalista Para uma visão integrada

Com isso, chega-se ao terceiro e último passo do argumento. Como exatamente os teóricos críticos podem integrar as compreensões respectivas dos dois Karls para chegar a uma crítica que apreende bem a crise no capitalismo contemporâneo? Como se pode combinar os pontos fortes de cada uma dessas duas concepções teóricas, corrigindo também alguns de seus pontos cegos. E como se pode integrar elementos adicionais que não são encontrados em nenhuma delas e que podem ser extraídos de outras linhas de teorização crítica, tais como o feminismo, o pós-colonialismo, a teoria crítica do racismo e a ecologia política? Como especificamente é possível colher todos esses aportes para formular uma crítica das formas da crise estrutural e da luta social que se experimenta agora no capitalismo financeirizado da era atual?

Não se tentará fornecer aqui uma resposta direta e sistemática a essas perguntas. Concluir-se-á, em vez disso, ilustrando os usos potenciais da abordagem que foi aqui defendida. Sugere-se, em específico, que os interessados em entender o significado e as consequências da recente eleição presidencial dos EUA podem ir bem longe por meio dessa abordagem. A vitória de Donald Trump está relacionada com a interseção das contradições internas ao domínio econômico com as contradições “entre domínios” do capitalismo estadunidense como um todo. Tem também relação com a intersecção de dois conjuntos de lutas.

Considere a transformação histórica do capitalismo iniciada nos anos 1970 e que, agora, está se desfazendo. O aspecto estrutural dessa transformação é bem compreendido: enquanto o regime anterior permitia que os estados subordinassem os interesses de curto prazo das empresas privadas tendo em vista o objetivo de longo prazo da acumulação sustentada, o regime atual usa as finanças globais para disciplinar os Estados e as nações; privilegia, assim, os interesses imediatos dos investidores privados, impõe austeridade e dá pouca atenção às necessidades que provém da reprodução social.

Mas o aspecto político é menos bem compreendido. E ele deve ser caracterizado em termos quase polanyianos. Com o objetivo de promover o crescimento por meio da produção em massa, do consumo de massa e da provisão de bens públicos, o capitalismo gerenciado pelo Estado representou uma nova síntese criativa dos dois projetos de sociedade que Polanyi considerava inerentemente antitéticos: aquele centrado na mercantilização e aquele baseado na proteção social. Mas eles se uniram às custas de um terceiro projeto, ignorado por Polanyi, que deve ser chamado de emancipação. Ora, todo o edifício estava baseado na predação (neo)imperial do Sul Global, na institucionalização da dependência das mulheres por meio do “salário familiar”, assim como sobre a exclusão racialmente motivada dos trabalhadores agrícolas e dos trabalhadores domésticos da Previdência Social. Na década de 1960, essas populações estavam se mobilizando ativamente contra uma situação que exigia delas que pagassem o preço da relativa segurança e da prosperidade dos outros. E com razão!

Mas suas lutas cruzaram-se fatalmente com outra frente de luta a qual se desenvolveu em paralelo ao longo das décadas subsequentes. Essa segunda frente opunha um partido ascendente de livre-mercado, empenhado em liberalizar e globalizar a economia capitalista, aos movimentos trabalhistas em declínio nos países do núcleo

capitalista, outrora a base mais poderosa de apoio à democracia social, mas agora na defensiva, se não totalmente derrotado. Nesse contexto, os “novos movimentos sociais progressistas”, com o objetivo de derrubar hierarquias de gênero, sexo, etnia e religião, viram-se confrontados com populações que buscavam defender mundos da vida estabelecidos assim como certos privilégios, agora ameaçados pelo “cosmopolitismo” da nova economia financeira e pós-industrial. A coalisão dessas duas frentes de luta produziu uma nova constelação política: os proponentes da emancipação individualista se uniram aos partidários da mercantilização para minar a proteção social.

O fruto dessa aliança foi um "neoliberalismo progressista" que celebrou a "diversidade", a meritocracia e a "emancipação", mas desmantelou as proteções sociais, expropriou as poupanças duramente conquistadas da classe trabalhadora e consolidou a precariedade generalizada. Hillary Clinton personificou essa constelação. Não é de admirar que os partidários da proteção social, os quais, corretamente, sentiram-se derrotados por essa nova aliança, tenham ficado “loucos da vida”? Abandonados por aqueles que tomaram a emancipação de modo truncado e, por isso, favorável ao mercado, encontraram em Trump uma espécie de voz com acentos de ressentimento e de chauvinismo. Assim, a disputa entre Clinton e Trump foi uma luta entre, de um lado, o partido “reacionário” da proteção social e, de outro, um partido “progressista” que endossou uma orgia de mercantilização alimentada por dívidas crescentes e por uma versão truncada e meritocrática da emancipação. Ora, essa não é uma batalha que a esquerda deva ficar ausente. O que está faltando e agora precisa ser criada é uma terceira alternativa que deve se basear no vasto e crescente fundo de repulsa social contra a ordem presente.

Resumindo: em vez da esquerda se aliar à mercantilização-emancipação contra a proteção social, ela deve se concentrar em forjar uma nova aliança de emancipação e proteção social contra a mercantilização descontrolada. Mas esse projeto só pode se tornar realidade se for desenvolvida uma perspectiva crítica que combine livremente, mas de maneira integrada, as concepções de ambos os Karls, assim como aquelas de outras correntes (outrora) emancipatórias, como o feminismo, o pós-colonialismo, a teoria crítica da raça e a ecologia política, dentre outras. As correntes dominantes desses movimentos se aproximaram do campo neoliberal, mas agora precisam se afastar dele e, para tanto, precisam dos dois Karls tanto quanto os dois Karls precisam deles.

Bibliografia

- Fraser, Nancy. 2011. "Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis." In: *Business as Usual: The Roots of the Global Financial Meltdown* (Volume I of Possible Futures book series), ed. Craig Calhoun and Georgi Derlugian. New York: NYU Press, p. 137-158.
- Fraser, Nancy. 2013. "A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis after Polanyi." *New Left Review*, n° 81, p. 119-132.
- Fraser, Nancy. 2014a. "Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism." *New Left Review*, n° 86, p. 55-72.
- Fraser, Nancy. 2014b. "Can society be commodities all the way down?" *Economy and Society*, vol. 43 (4), p. 541-558.
- Fraser, Nancy. 2015. "Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism." *Critical Historical Studies*, vol. 2 (2), p. 1-33.
- Fraser, Nancy. 2016. "Contradictions of Capital and Care." *New Left Review*, n° 100, p. 99-117.
- Habermas, Jürgen. 1975. *Legitimation Crisis*. tr. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press.
- Marx, Karl. [1894] 1991. *Capital: Volume 3*. tr. David Fernbach. London: Penguin Books.
- Polanyi, Karl. [1944] 2001. *The Great Transformation*. 2nd ed. Boston: Beacon Press.
- Sraffa, Piero. 1975. *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.